

A PRÁTICA EDUCATIVA E A AUTONOMIA: UM ESPETÁCULO DE MÁSCARAS

Elaine Nicolodi¹

RESUMO

O trabalho a seguir tem como objetivo mostrar algumas críticas em relação a uma educação que não considera efetivamente o aluno; em razão disso, discorre-se que na instituição escolar, seja no ensino básico ou no superior, não há uma formação para a autonomia, busca-se criar caminhos fáceis para se chegar às informações. Para se fazer tais análises, optou-se por apresentar fragmentos da obra que revela a importância dada à educação por Rousseau, *Emílio ou Da Educação*; podendo-se concluir que, na maioria das vezes, se opta por uma prática educativa que contemple uma carga horária a cumprir, um currículo a ser ministrado, sem a real necessidade de se fazer valer a autonomia do pensamento, do desejo pelo saber.

Palavras-chave: Rousseau; educação; autonomia; desejo.

¹ Professora Adjunta na Faculdade Araguaia e na Secretaria de Estado da Educação de Goiás. Licenciada em Letras pela PUC-GO; Mestre (PUC-GO) e Doutora em Educação (UFG). E-mail: elainenicolodi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta.”

Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico; diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; como se a mesma incerteza de hoje, sob outro aspecto, não nos houvesse perseguido outrora, e não viesse de longe a enfiada das decepções que nos ultrajam.

Eufemismo, os felizes tempos, eufemismo apenas, igual aos outros que nos alimentam, a saudade dos dias que correram como melhores. Bem considerando, a atualidade é a mesma em todas as datas. Feita a compensação dos desejos que variam, das aspirações que se transformam, alentadas perpetuamente do mesmo ardor, sobre a mesma base fantástica de esperanças, a atualidade é uma.

Sob a coloração cambiante das horas, um pouco de ouro mais pela manhã, um pouco mais de púrpura ao crepúsculo - a paisagem é a mesma de cada lado, beirando a estrada da vida.

Eu tinha onze anos. (RAUL POMPÉIA, *O ATENEU*)

Muitos têm sido os autores e as obras publicadas que tratam da Educação. Nos últimos anos, com tantas reformas educacionais vigentes, é importante pensar a respeito de alguns de seus temas recorrentes, entre eles aspectos relacionados à autonomia intelectual, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), e já preconizados por Rousseau desde 1761.

Desse modo, o propósito deste texto é refletir sobre alguns dos principais desafios para a formação do sujeito autônomo no contexto atual, considerando uma educação que forme para a vida e não apenas para memorizações, para o ‘espetáculo’ de quem sabe mais.

Para se demonstrar esses aspectos relacionados à autonomia do pensar na prática educativa, serão observadas considerações feitas por Jean-Jacques Rousseau em relação ao que ele apresenta como efetivo na educação das crianças/dos jovens.

A Educação Rousseauiana

Para Rousseau (2004, p. 8), “Moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação”, uma vez que considera que “Tudo o que não temos ao nascer e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação. Essa educação vem-nos da natureza ou dos homens ou das coisas” (ROUSSEAU, 2004, p. 9). O livro que revela

esta importância dada à educação por Rousseau é *Emílio ou Da Educação*, sobre o qual se pode dizer, conforme afirma Michel Launay (ROUSSEAU, 2004) na Introdução, que

Cada geração de educadores descobre nele, com surpresa, o que confusamente procura: depois da Escola emancipada e dos métodos de educação ativa, depois de Makarenko e de seu admirável *Poema pedagógico*, eis que os pioneiros do 'não-diretívismo', Rogers nos Estados Unidos, Georges Lapassade na França se inspiram na educação negativa de Rousseau [...].

Rousseau considera que a meta da educação é a mesma da natureza, ou seja, deixar o homem livre, ou formar o homem livre, e sua capacidade de modificar-se é a própria liberdade. No entanto, o que se percebe na educação formal é uma formação para o adestramento, para aceitar regras, para encontrar uma formação específica, ou, em termos mais modernos, formar para o empreendedorismo.

Rousseau apresentava essas considerações em relação a uma educação básica; mas, muitas vezes, não é tão diferente do que ocorre na educação de nível superior. Tão contrário a isso é o princípio da educação de Emílio, pois

sua vocação comum é a condição de homem, e quem quer que seja bem educado para tal condição não pode preencher mal as outras relacionadas com ela. Pouco me importa que destinem meu aluno à espada, à Igreja ou à barra. [...] Viver é o ofício que quero ensinar-lhe. Ao sair de minhas mãos, concordo que não será nem magistrado, nem soldado, nem padre; será homem, em primeiro lugar [...] (ROUSSEAU, 2004, p. 14-5).

Tão caro a Rousseau é o valor da liberdade! Para se chegar à liberdade, seu aluno precisa conhecer os caminhos a seguir, então sua tentativa de formar um aluno autônomo, que saiba fazer as escolhas apropriadas. Só que essa autonomia não é conseguida de modo simples, mas com muito esforço e desejo, pois são árduos os caminhos.

Obrigado a aprender por si mesmo, usa a sua razão e não a de outrem; pois, para nada dar à opinião, é preciso nada dar à autoridade, e a maioria de nossos erros provém muito menos de nós do que dos outros. [...] Quando o entendimento se apossa das coisas antes de depositá-las na memória, o que extrai delas em seguida é dele. Ao passo que, sobrecarregando a memória sem saber, corremos o risco de nunca tirar dela o que seja nosso (ROUSSEAU, 2004, p. 281).

O professor precisa também saber percorrer esses caminhos e, em relação ao ensinar, deveria fazer, também, as perguntas que Dozol (2006, p. 51-2) apresenta e que podem ser encontradas ‘respondidas’ no próprio *Emílio*:

que tipo de educação não estragaria o homem, mas ao contrário realçaria os seus encantos? Que educação estaria de acordo com a natureza e de que forma se poderia constituir numa força formativa, a ponto de auxiliar o homem a evitar a própria queda no interior de uma sociedade degenerada?

Ao buscá-las, é preciso considerar que, para que a educação leve à autonomia do saber, é preciso que haja desejo pelo saber; assim, é papel do educador suscitar o desejo do aluno. Por isso, educar não é impor, e Rousseau critica o que pais e mestres fazem: repreendem, corrigem, admoestam, adulam, ameaçam, prometem, instruem, argumentam (ROUSSEAU, 2004, p. 97). E é esta a educação que se vê nas instituições educacionais, que em nome da disciplina e do bom aprendizado ameaça e instrui, argumenta demais. “Palavras, mais palavras, sempre palavras” (ROUSSEAU, 2004, p. 121).

Assim, pode-se dizer que vivemos numa sociedade do espetáculo, espetáculo porque o que se apresenta não é a formação para a autonomia, busca-se criar caminhos fáceis para se chegar às informações e não para se compreender os fenômenos, encontrar-se o rápido, o efêmero, o fugaz. Faz-se uma representação do real, e para tal, criam-se as máscaras, para que cada um desempenhe um papel: alunos que recebem informações; professores que disseminam seus conhecimentos.

Cria-se um verdadeiro espetáculo, baseado no discurso legal da igualdade, em que todos têm direito ao acesso à escola pública, laica, democrática, mas sob quais condições haverá a permanência nessa escola, considerando-se que não se admite o sujeito-aluno real, mas aquele que melhor se adapta a uma máscara. Uma escola que em nome da qualidade oferece inúmeros instrumentos facilitadores da aprendizagem, para que os resultados (avaliações) sejam satisfatórios.

O que se observa, comumente, é que a sociedade moderna do espetáculo busca por resultados exitosos, na vida afetiva, no mercado de trabalho, no acesso à escola superior pública, em cursos considerados promissores, sem se considerar os reais desejos de quem é submetido a tal formação.

Em relação ao nível superior, opta-se por uma formação que atenda apenas às necessidades do mercado, busca-se o que é ‘útil’. “Que devemos pensar, então, dessa

educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto [...]” (ROUSSEAU, 2004, p. 72).

E assim Rousseau critica uma educação que não considera verdadeiramente o aluno, na qual prevalecem os desejos do mestre, daquele que se diz sábio, conhecedor das leis, das regras, das necessidades impostas pela vida social, que “Ao invés de nos ensinar a raciocinar, o professor raciocina por nós” (ROUSSEAU *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 40).

E ao se promover uma educação ‘errada’, submete-se o aluno a uma não-educação, ou a um não querer educar-se, levando-o a encontrar um espaço vazio de saber, mas repleto de informações, essas muitas vezes encontradas em tantos outros espaços mais prazerosos, como nas redes virtuais, por exemplo, nas quais o esforço é pouco e os desejos muitos.

Por isso, a passividade do aluno, bem como o menosprezo por sua experiência pessoal, são, do ponto de vista científico, o mais crasso erro, assim como a falsa regra de que o professor é tudo, e o aluno, nada. Pelo contrário, o critério psicológico exige que se reconheça que, no processo educativo, a experiência pessoal do aluno é tudo. A educação deve ser organizada de tal modo que não se eduque ao aluno, mas que este se eduque a si mesmo (VIGOTSKI, 2003, p. 75)².

Desse modo, é preciso levar em consideração as necessidades individuais e não apenas atender ao coletivo, ao grupo, ou seja, conhecer as particularidades do processo de ensinar/aprender.

Com a publicação da LDB (9394/96) (BRASIL, 1996), estabelece-se na Seção IV, algumas finalidades da etapa final da educação básica:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

² Optou-se por incluir esse fragmento, e alguns outros, posteriormente, da obra *Psicologia pedagógica*, de Vigotski, por considerá-la uma obra importante para os professores, na qual em sua apresentação René van der Veer afirma tratar-se de um texto que “sugere que o professor tem de criar as circunstâncias e as condições ideais mais propícias para que a aprendizagem se realize; porém, em última instância, a criança é que deve aprender com suas próprias atividades. De alguma maneira fundamental, as crianças educam-se a si mesmas”.

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, art. 35).

Ao serem observadas essas finalidades, percebe-se que uma das atribuições da escola é desenvolver no aluno a autonomia intelectual. Jean-Jacques Rousseau também se refere à importância da autonomia quando trata da educação, mesmo não acreditando na escola, “A instituição pública já não existe, e já não pode existir, já que onde não há mais pátria já não pode haver cidadãos. [...] Não posso encarar como instituição pública esses ridículos estabelecimentos chamados colégios”³ (ROUSSEAU, 2004, p. 13).

Essa crítica feita por Rousseau tem razão de ser ao se considerar que nas escolas os alunos muitas vezes são direcionados por uma prática educativa que não contempla a curiosidade que tanto tinham quando crianças, chegando ao ensino superior sobrecarregados de tantas teorias, leis, regras que são impostas. Assim, os alunos se distanciam da verdadeira aprendizagem que deveriam estar condicionados, aquela na qual Rousseau chama de princípio fundamental de toda boa educação:

Não se trata de ensinar-lhe as ciências, mas de dar-lhe o gosto para amá-las e métodos para aprendê-las quando esse gosto estiver mais desenvolvido. Este é com toda certeza um princípio fundamental de toda boa educação (ROUSSEAU, 2004, p. 222).

E dar aos alunos o método para aprender não significa dar-lhes respostas prontas sobre suas dúvidas, é preciso despertar neles o desejo de buscar tais respostas, uma vez que se torna inútil uma educação que já apresente um conhecimento pronto, imediato. Muito mais vantajoso para o aluno será ir em busca do que deseja saber, o professor deve ter o papel de orientador deste caminho a ser trilhado, deve caminhar junto e não à frente, como um mero puxador de riquixá.

Essa figura do puxador de riquixá está presente quando Vigotski trata do papel do professor:

³ O próprio Rousseau explica: “Na Academia de Genebra e na Universidade de Paris há professores de que gosto, que estimo muito, e que creio bastante capazes de bem instruir a juventude, se não fosse obrigados a seguir o uso estabelecido. Exorto um dentre eles a publicar o projeto de reforma que concebeu. Talvez finalmente sejamos tentados a curar o mal a o vermos que ele não é irremediável” (ROUSSEAU, 2004, p. 13).

[...] Veremos que o puxador de riquixá é uma simples fonte de força física, de tração, que com sua energia muscular e nervosa substitui de um cavalo, do vapor ou da eletricidade. Mas, simultaneamente, ele assume um papel no qual não poderia ser substituído pelo cavalo, pelo vapor ou pela eletricidade: além de ser parte de sua máquina, também é o comandante da mesma, o diretor, regulador e organizador de sua simples produção. Ergue as varas, puxa e detém o carrinho, evita os obstáculos, vira esquinas, escolhe a direção adequada.

Esses mesmos dois momentos também são encontrados no trabalho do motorneiro. Com sua força muscular, ele também desloca de uma posição para outra a manivela de freio do motor e utiliza a força mecânica de seus pés. Desse modo, ele é uma simples parte de sua máquina, uma parte que modifica a disposição das outras. Muito mais notória, porém, é a segunda função do motorneiro, em que ele atua como organizador e diretor de todo esse complicado sistema de motores, freios e sinais (VIGOTSKI, 2003, p. 76).

Assim como para Rousseau o professor é que aquele ‘organizador’ do caminho, também o é para Vigotsky, ao considerar que o processo educativo é um processo orientado pelo professor e que “[a] educação é realizada através da própria experiência do aluno, que é totalmente determinada pelo ambiente; a função do professor se reduz à organização e à regulação de tal ambiente” (VIGOTSKI, 2003, p. 77).

Desse modo, observa-se uma prática educativa na qual alunos enfileirados copiam extensos conteúdos do quadro negro e repetem-nos em avaliações cujas perguntas são exatamente as mesmas dadas na sala de aula e, portanto, as respostas também devam ser as mesmas. Essa educação jamais pode ser considerada autônoma. A construção do pensamento autônomo não está relacionada à memorização de notas de rodapé de compêndios de Física, nem tampouco na realização de uma lista interminável de exercícios matemáticos, mas se dará quando:

Conseguimos noções bem mais claras e bem mais seguras das coisas que aprendemos por nós mesmos do que das que recebemos dos ensinamentos de outrem, e, além de não nos acostarmos nossa razão a submeter-se servilmente à autoridade, tornamo-nos mais engenhosos descobrindo relações, unindo idéias, inventando instrumentos do que quando, adotando tudo isso tal como nos é dado, deixamos que nosso espírito se apague na indolência, como o corpo de um homem que, sempre vestido, calçado, servido por seus empregados e levado por seus cavalos, perde no final a força e o uso de seus membros (ROUSSEAU, 2004, p. 230).

A verdadeira prática educativa que leva o aprendiz à autonomia, para Rousseau, considera que é preciso provocar no aluno a vontade/o desejo de aprender e que este

encontre os meios para chegar ao aprendizado, sabendo que há um problema, buscar como resolvê-lo e executar sob controle o que foi planejado.

No entanto, o que se percebe, na maioria das salas de aula, é que os mestres tanto falam e os alunos pouco escutam, uma vez que os interesses destes não são os mesmos daqueles, que um não está em sintonia com o outro, os desejos não são iguais, e sendo “[as] relações entre efeitos e causas cuja ligação não percebemos, os bens e os males de que não temos nenhuma idéia, as necessidades que nunca sentimos são nulas para nós; é impossível interessarmo-nos por elas sem ter nada a ver com elas” (ROUSSEAU, 2004, p. 242-3).

Dessa forma, o que temos assistido nas aulas é um grande espetáculo, no qual professores e alunos se submetem a papéis impostos pela sociedade chamada da informação/do conhecimento, como se esses dois termos pudessem ser sinônimos. Um espetáculo de máscaras que fazem professores e alunos não se reconhecerem mais, um precisa ‘aparecer’ mais que o outro, um precisa supervalorizar mais sua máscara que o outro, na pretenciosa intenção de mostrar a tal sociedade que podem se superar a cada dia, que um é mais importante e imprescindível que o outro.

Sendo assim, estão presos a uma falsa realidade, a uma não autonomia de cada um, ao não se reconhecerem mais, estranham-se, travam fortes batalhas com vencedores bem excêntricos: a indisciplina, a violência, o baixo nível de aprendizado, o *bullying*, a síndrome de Burnout que acomete inúmeros professores. Por estarem inseridos em uma sociedade do irreal, da aparência, procuram agradar ao governo, à secretaria da educação, ao diretor, aos coordenadores, não há uma preocupação em se buscar o conhecimento.

Com isso, muitos professores dificultam a formação para a autonomia do pensar de seus alunos, pois carregam a máscara do currículo imposto a ser cumprido, sem despertar em seus alunos o desejo de aprender, de aprender o que não sabem, esquecendo, muitas vezes, de ensinar ao aluno que é preciso ver além das aparências, enxergando a realidade além das máscaras impostas pela sociedade, não sendo um mero espectador.

Para isso, é necessário que o mestre saiba conquistar seu aluno, não impondo a ele com soberba seus conhecimentos, “devemos falar tanto quanto possível através das ações, e só dizer aquilo que não podemos fazer” (ROUSSEAU, 2004, p. 240).

A educação deve ser com um hábito e não uma imposição, uma necessidade natural, um desejo, e não pode se apresentar sobrecarregada de máscaras, de conceitos

prontos, de preconceitos, “[...] nada de aparência, sempre a realidade” (ROUSSEAU, 2004, p. 273).

Os alunos necessitam de formular suas hipóteses, suas próprias ideias, que eles possam por eles mesmos sentir o gosto pela curiosidade, pela descoberta, que possam experimentar novas sensações e só então poder julgar.

Tornai vosso aluno atento aos fenômenos da natureza e logo o tornareis curiosos; mas, para alimentar sua curiosidade, nunca vos apresseis em satisfazê-la. Colocai questões ao seu alcance e deixai que ele resolva. Que nada ele saiba porque lho dissestes, mas porque ele próprio compreendeu; não aprenda a ciência, mas a invente (ROUSSEAU, 2004, p. 216).

Tantos e tantos são os projetos realizados nas instituições educacionais que trazem todas as respostas para que os alunos apenas as ‘escrevam com outras palavras’, sem poderem usar sua criatividade; em quantas práticas quem pretende ser o protagonista é o professor, com suas experiências preconcebidas, sem perceber que aquele momento é importante para que seus alunos desenvolvam uma autonomia do pensar a ciência como eles mesmos acham que ela é, que partam de ideias simples, mas que sejam próprias de suas curiosidades, nascidas de seus pensamentos, quem sabe daí surjam tantos novos talentos, novos cientistas.

Se mesmo assim ainda houver a necessidade de o professor precisar falar, que ele não fale sozinho, que saiba cativar seu ouvinte, que seu aluno preste atenção,

mas nunca é a obrigação, é sempre o prazer ou o desejo que deve produzir essa atenção; é preciso ter muito cuidado para que ela não o canse e não chegue ao fastio. [...] pois não é tão importante que ele aprenda quanto que não faça nada contra a vontade (ROUSSEAU, 2004, p. 222).

Não procurar ensinar seus alunos contra a vontade, mas despertando neles o desejo pelo saber, será tanto mais real o sentido da verdadeira aprendizagem, para que haja autonomia nas escolhas a serem feitas, que eles não tenham apenas desejos fantasiosos, enfeitados pelas máscaras da sociedade do consumo, em que o bom é o descartável, o passageiro, que não façam escolhas apenas pelas aparências, que possam contemplar a essência.

Além desse desejo pelo aprender, outro elemento é fundamental, o prazer por aprender. Sobre isso, Dozol (2006, p. 84-5) reitera:

Porém, é inegável que os resultados da ação pedagógica tenham uma maior probabilidade de êxito se o aprendiz se comprazer na instrução. Contudo, o que chama a atenção na pedagogia rousseuniana, é que este ‘se comprazer’ não abdica do esforço, condição para toda e qualquer aprendizagem. [...] É preciso que, com prazer e esforço, o aprendiz experimente, descubra, enfim, pense.

Com isso, a formação intelectual autônoma, o verdadeiro pensar, leva à formação de homens livres, que conhecem seu valor e o valor dos outros, que saibam agir por sua própria experiência. Para Vigotski (2003, p. 76), “[...] o saber que não passa pela experiência pessoal não é saber. A psicologia exige que os alunos não aprendam apenas a perceber, mas também a reagir. Acima de tudo, educar significa estabelecer novas reações, elaborar novas formas de conduta”. Eis a prática educativa da autonomia, sem máscaras.

Pela lógica, parece ser esta a ‘fórmula’ mais simples da verdadeira educação, mas por que não é? Porque a sociedade precisa das máscaras para sobreviver, para impor suas vontades, pois o horror que está por trás das máscaras precisa ser ocultado.

Em relação à formação educacional, seja ela básica ou superior, é preciso esconder: as dificuldades de acesso; se não de acesso, de permanência; a baixa qualidade do ensino; a falta de estrutura física; a baixa remuneração dos professores e daí a desmotivação pelo trabalho; a competição para o acesso ao mercado de trabalho; e tantos outros fatores.

Ao se considerar a dificuldade de encarar a cruel realidade apresentada anteriormente, opta-se pelo uso da máscara, pela encenação do espetáculo, por uma prática educativa que contemple uma carga horária a cumprir, um currículo a ser ministrado, um conteúdo a ser avaliado. Não há, assim, a necessidade de se fazer valer a autonomia do pensamento, do desejo pelo saber.

Além disso, preocupa-se muito em formação para o mercado de trabalho, sem considerar-se que este, em função do capitalismo, do mundo globalizado, é tão dinâmico, que se não seria possível formar para tantas profissões que ainda irão surgir. Para o próprio Rousseau (2004, p. 266), o que importa, na verdade, é que “não basta escolher uma profissão útil, é também preciso que ela não requeira das pessoas que a exercem qualidades de alma odiosas e incompatíveis com a humanidade”.

Decorre daí a necessidade de uma formação para enfrentar as dificuldades, para fazer as escolhas certas, para que o aluno possa ter suas próprias conclusões, sem tantas respostas prontas e acabadas, uma formação que leve verdadeiramente à autonomia do

pensar. Como diria Rousseau (2004, p. 275):

No começo, nosso aluno só tinha sensações, e agora tem idéias; ele apenas sentia, agora julga. Pois da comparação de várias sensações ou simultâneas e do juízo que fazemos delas nasce uma espécie de sensação mista ou complexa que chamo de idéia.

A maneira de formar idéias é o que dá um caráter ao espírito humano. O espírito que só forma suas idéias sobre relações reais é um espírito sólido; aquele que se contenta com relações aparentes é um espírito superficial [...].

Neste trecho, quando Rousseau afirma que Emílio deve aprender a “formar ideias”, Dozol (2006, p. 55), acrescenta: “[...] o fundamental é aprender a formar idéias justas e claras sobre as coisas. Tal aprendizado livrará Emílio da opinião e dos valores ilegítimos da sociedade corrompida, o que em última análise significa a conquista da autonomia: pensar e agir por si próprio”.

Diferente disso é o que ocorre na maioria das vezes, uma vez que se privilegia uma formação ‘rasa’, ou seja, baseada apenas nas relações aparentes, com base no discurso enganador imposto pela sociedade, em que o melhor é aquele que possui a melhor máscara, pois “o Direito e a Lei proclamam a igualdade mascarando a real desigualdade” (SALINAS-FORTE, 1997, p. 39, *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 28).

Numa tentativa de se chegar mais rápido ao sucesso, opta-se por uma prática educativa que busque facilitar o acesso à informação, ao conhecimento imediato, deixando o educando numa condição passiva, de mero receptor de saberes necessários à vida social. No entanto,

[...] O processo educativo, portanto, é trilateralmente ativo: o aluno, o professor e o meio existente entre eles são ativos. Por isso, é incorreto conceber o processo educativo como um processo placidamente pacífico e sem altos e baixos. Pelo contrário, sua natureza psicológica descobre que se trata de uma luta muito complexa, na qual estão envolvidas milhares das mais complicadas e heterogêneas forças, que ele constitui um processo dinâmico, ativo e dialético, semelhante ao processo evolutivo do crescimento. [...] (VIGOTSKI, 2003, p. 79).

Não considerando esse processo trilateralmente ativo e impondo uma condição passiva ao aluno, este apenas

[...] recebe do mestre as dosagens repassadas. Mesmo quando contêm alguns princípios críticos, pelo simples fato de serem trazidos pelo professor, esses saberes vêm como tutela, formando, assim, um dependente.

Em outras palavras, centra-se a atenção no modo como se procede para transmitir os saberes, e à maior facilitação para os alunos aprendê-los. No fim, persiste-se na esperança de que tudo vai mudar, porque os alunos se tornam mais esclarecidos, mais bem formados, e até mesmo, mais bem-intencionados (GUIMARÃES, 2006, p. 40).

Com uma prática educativa tão fragilizada pela facilitação do método de aprender, passa-se longe da formação autônoma, o que sugeriria, então, o próprio Rousseau? Deixar o espetáculo da facilitação de lado, deixar as máscaras caírem.

Primeiramente, vede bem que raramente cabe a vós [professor] propor o que ele [aluno] deve aprender; cabe a ele desejá-lo, procurá-lo; cabe a vós colocá-lo ao seu alcance, fazer habilmente nascer esse desejo e fornecer-lhe os meios de satisfazê-lo. Segue-se daí que vossas perguntas devem ser pouco freqüentes, mas bem escolhidas; e, como ele terá mais perguntas a vos fazer do que vós a ele, estareis sempre menos a descoberto e mais vezes em condições de lhe dizer: *Em que isso que me perguntas é útil de saber?* (ROUSSEAU, 2004, p. 235-6).

Esse deve ser o papel do professor, que toma para si uma prática educativa que leve à autonomia de seus educandos, que mostre a realidade verdadeira, como ela é, desvelada das máscaras. No entanto, muitas vezes, o que se pretende fazer na sala de aula é incorporar-se uma série de ‘efeitos especiais’, com pouco direito dado à voz dos alunos.

Na sociedade contemporânea, onde o exercício da individualidade parece ser do mais alto valor, mas sempre exercido nos limites dos elementos já programados pela parafernália tecnológica, midiática e de consumo [...] a reflexão sobre as forças que concorrem para formação, preservação e expressão de identidades é da mais alta relevância. Rousseau foi um dos pensadores a avisar os homens quanto aos riscos de submeter-se à tirania da opinião; de ceder, sem maiores constrangimentos, aos falsos valores que a sociedade degenerada impinge [...] (DOZOL, 2006, p. 78).

É preciso fugir de tudo isso! É preciso deixar tantas falsas aparências de lado e se propor uma prática educativa que efetivamente contribua para a construção de uma identidade autônoma, autocrítica, autoconsciente da verdadeira realidade. Dessa forma,

[...] A arte do mestre consiste em nunca deixar que suas observações se entorpeçam sobre minúcias que não se relacionam com nada, mas em aproximá-lo continuamente das grandes relações que um dia deverá conhecer para bem julgar sobre a boa e má ordem da sociedade civil (ROUSSEAU, 2004, p. 253).

Caso não se esteja preparado para enfrentar a “boa e má ordem da sociedade civil”, estar-se-á preso a falsos valores, ocupado com o excesso de informações, com a necessidade exagerada do consumo, perdido entre uma multidão voraz que o perturba sobremaneira, um insensível que não percebe que: “O homem do mundo está inteiro em sua máscara. Não estando quase nunca em si mesmo, é sempre um estrangeiro e sente-se pouco à vontade quando é obrigado a voltar a si. O que ele é nada é, o que parece ser é tudo para ele” (ROUSSEAU, 2004, p. 315).

Não podendo ser assim, o mestre deverá contribuir para a formação do sujeito que participa ativamente da sociedade, não julga apenas pelas aparências, conhece melhor a si, não se deixa levar pelos desejos dos outros, e sabe que sempre precisa buscar o saber, não conhece tudo jamais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as considerações observadas a respeito da educação proposta por Rousseau (2004), pode-se afirmar que é preciso, pois, desmontar todo o espetáculo imposto, deixar caírem as máscaras! É preciso auxiliar os alunos a terem uma visão crítica e real da sociedade que o envolve.

O professor deve estar preocupado em mostrar os caminhos, em fazer o aluno crer que pouco sabe e que muito tem a saber, e que terá sempre uma disposição em querer saber.

A opção por uma prática educativa que leve à autonomia do pensar, na qual o aluno sabe por que ‘tomou’ para si, e não apenas memorizou para uma avaliação, não tenha conhecimentos em quantidade que servem para tão pouco, ou quase para nada. Assim como Emílio, “tem poucos conhecimentos, mas os que têm são seus de verdade; nada sabe pela metade” (ROUSSEAU, 2004, p. 281).

Seus conhecimentos devem ser úteis para o verdadeiro homem que se pretende formar, devem auxiliá-lo em suas tomadas de decisões, na interação com os outros nesta sociedade do espetáculo pronto e acabado.

É esse tipo de educação que a escola, a universidade, os professores, os homens públicos devem almejar, e se não souberem como fazê-la, podem tomar emprestado um conselho de Rousseau (2004, p. 13): “Se quiserdes ter uma idéia da educação pública, lede a *República* de Platão. Não é uma obra de política, como pensam os que só julgam os livros pelo título: é o mais belo tratado de educação jamais escrito”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI n. 9394, de 20/12/1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

Acesso em: 24 fev. 2014.

DOZOL, M. de S. *Rousseau. Educação: a máscara e o rosto*. Petrópolis: Vozes, 2006.

GUIMARÃES, G. O espetáculo (des)educador: as lições de Rousseau a Emílio. In: GUIMARÃES, V. S. (Org.). *Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade*. Campinas: Papyrus, 2006, p. 27-42.

POMPÉIA, R. O Ateneu. Rio de Janeiro: Ática, 1984.

ROUSSEAU, J-J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: M. Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. (Trad. Claudia Schilling). Porto Alegre: Artmed, 2003.

Recebido em 07 de março de 2014.

Aprovado em 13 de março de 2014.